



Joaquim Oliveira S/A Participações
www.josapar.com.br
CNPJ N° 87.456.562/0001-22 - NIRE 43300009882
COMPANHIA ABERTA



JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S.A PARTICIPAÇÕES – CIA ABERTA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Senhores Acionistas,

A JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações vem apresentar o Relatório da Administração e suas Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária vigente, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Neste relatório são apresentadas também as informações de forma consolidada da sociedade controlada Real Empreendimentos S.A. que possui como atividade principal a administração de imóveis. A JOSAPAR detém 54,75% do capital social da Real Empreendimentos S.A..

Considerações gerais

A Companhia possui suas atividades concentradas nas áreas de industrialização e comercialização de alimentos e de produção e distribuição de insumos agrícolas. Atua no segmento de arroz e feijão, através de suas diversas marcas, onde se destacam principalmente o **Arroz Tio João**, o **Arroz Tio Mingote**, **Arroz Meu Biju** e **Feijão Meu Biju**. No mercado de produtos semi-prontos destacam-se as linhas **Cozinha Fácil Tio João** e **Cozinha e Sabor**, sendo ambas líderes nacionais de vendas nos respectivos segmentos. Em parceria com a The Solae Company, a JOSAPAR produz e distribui com exclusividade em todo o Brasil o alimento em pó com proteína isolada de soja com a marca **SupraSoy**. Através de outra parceria – com a chilena Olivos del Sur – distribui azeite em todo o território nacional com a marca **Nova Oliva**. No segmento de insumos agrícolas atua através de fertilizantes nas marcas **Supremo** e **Organo Mineral NPK1**. Dentre os lançamentos mais recentes destacam-se **Bolinhos de arroz Tio João**, **SupraSoy Natura** e **farinha de arroz Tio João**.

Desempenho operacional e econômico em 2016

A safra do arroz em 2016 apresentou uma produção de 10,6 milhões de toneladas, respondendo o estado do Rio Grande do Sul com a parcela de 7,4 milhões de toneladas. A quebra da safra de arroz no Brasil foi de 14,5% no exercício. A produtividade média no Brasil foi de 5.280 Kg/ha, ainda pouco inferior do que a da safra anterior, que havia sido de 5.526 kg/ha. Neste cenário o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2016 foi de R\$ 45,20, 25% acima dos R\$ 36,23 no exercício de 2015. Diante do nível mais elevado dos preços praticados, de pressões inflacionárias e dos profundos impactos negativos no nível de emprego e renda da população diante desse cenário de recessão, a JOSAPAR resguardou suas margens. A performance da operação é fruto da eficiência estratégica e proatividade da Companhia somado aos investimentos em gestão de processos e equipamentos.

Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2016 e 2015:

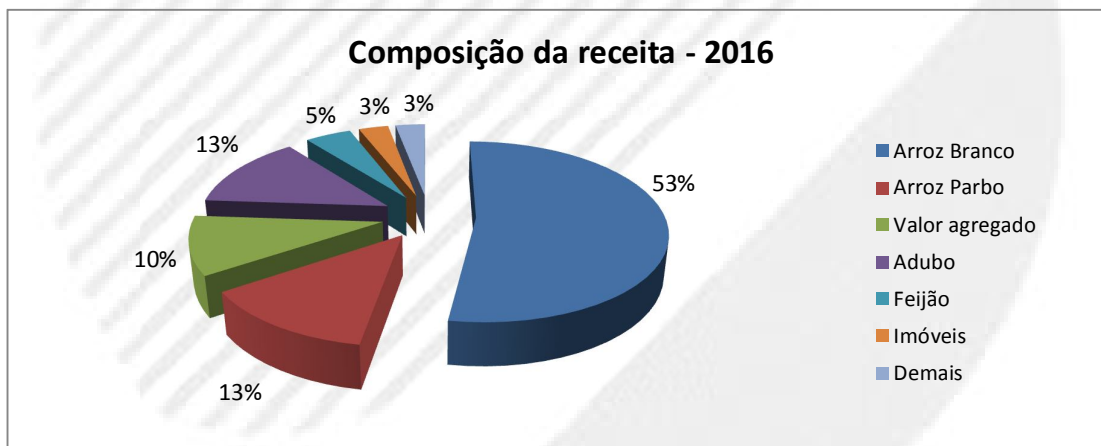
	2016 (R\$ Mil)	2015 (R\$ Mil)	Varição R\$ Mil e p.p.
Vendas Brutas	1.300.178	1.174.074	126.104
Vendas Líquidas	1.172.311	1.056.831	115.480
Lucro Bruto	390.056	347.509	42.547
% LB s/VL	33,3%	32,9%	0,4 p.p.
Ebitda	131.524	103.146	28.378
% Ebitda s/VL	11,2%	9,8%	1,4 p.p.
Lucro Líquido controladores	30.701	24.176	6.525
% LL s/VL	2,6%	2,3%	0,3 p.p.
Dividendos	8.750	6.890	1.860

Investimentos

Os investimentos da Companhia no ano totalizaram R\$ 9,9 milhões e foram realizados majoritariamente com vistas à conclusão do investimento da Unidade de recepção armazenamento e secagem de Dom Pedrito, com recursos do BNDES Cerealistas (6%aa fixa e 10 anos de prazo) em operação contratada em dezembro de 2014.

Vendas totais

A JOSAPAR mantém seu foco em atender a todas as classes de renda do Brasil através da busca constante de novos canais de distribuição da linha de alimentos e em aproveitar as oportunidades do mercado imobiliário e de shopping centers. O faturamento bruto da organização foi de R\$ 1,3 bilhão, 10,3% acima do ano anterior.



Mercado externo

A escassez e sobrevalorização do arroz no mercado doméstico em 2016 prejudicaram ainda mais a competitividade do produto nacional no mercado externo. A desvalorização média do câmbio no ano, de aproximadamente 4%, também não atenuou esses impactos. Ainda assim, mesmo neste contexto desfavorável, as exportações da Josapar atingiram R\$ 94 milhões contra R\$ 82 milhões do exercício anterior. A empresa mantém sua estratégia de buscar crescimento com o aumento de volumes e conquista de novos nichos de mercado que apresentem possibilidade de agregar valor.

Margem bruta

A margem bruta da Companhia foi de 33,3% das vendas líquidas (Lucro bruto de R\$ 390 milhões), R\$ 42,5 milhões superior ao exercício de 2015. A amplitude no nível de preços da principal matéria prima da Companhia atenuou os efeitos da inflação sobre os custos, da concentração do varejo e do aumento de competitividade do setor no Brasil. Tais fatores influenciaram diretamente nas margens da Companhia no decorrer deste exercício.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EBITDA (Resultado da atividade operacional antes dos juros, impostos, depreciação e amortização)

A geração líquida de caixa da JOSAPAR de acordo com o conceito EBITDA foi de R\$ 132 milhões, representando 11,2% das vendas líquidas. No exercício anterior o EBITDA foi de R\$ 103 milhões ou 9,8% das vendas líquidas. Esta performance é resultado da combinação dos fatores mencionados anteriormente.

Endividamento bancário líquido

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido, considerando inclusive os financiamentos para investimentos da Companhia era de R\$ 489 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R\$ 44,5 milhões.

Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R\$ 163,7 milhões, contra R\$ 99,4 milhões no final do exercício anterior. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com a estratégia operacional da Companhia.

Lucro líquido

A melhora da margem, os ganhos de escala e a diluição das despesas colaboraram para um resultado operacional que atenuou o crescimento das despesas financeiras, impactadas diretamente pelo crescimento da taxa Selic e dos spreads bancários no ano. Tais fatores resultaram no crescimento do lucro líquido do exercício, de R\$ 30,7 milhões (R\$ 2,901 mil pelo lote de 1.000 ações). No ano anterior o Lucro Líquido foi de R\$ 24,2 milhões (R\$ 2,285 mil pelo lote de 1.000 ações).

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido atingiu R\$ 457 milhões contra R\$ 435 milhões do ano anterior.

Ativos intangíveis

Entre os principais fatores competitivos da JOSAPAR destacamos as suas marcas - no arroz a marca **Tio João**, no arroz e feijão a marca **Meu Biju**, na soja a marca **Suprasoy**, nos insumos a marca **Supremo** - as ferramentas de gestão, os processos tecnológicos, e os recursos humanos, que resultam concomitantemente na criação de valores não mensuráveis, mas que podem ser percebidos. Maiores informações sobre os nossos produtos estão disponíveis em nossos sites: www.josapar.com.br – www.tiojoao.com.br – www.suprasoy.com.br.

Recursos humanos

A companhia manteve sua política de investimentos em recursos humanos, patrocinando no decorrer do exercício programas de treinamento, qualificação e assistência aos seus colaboradores. Estes programas visam proporcionar segurança e oportunidade de crescimento profissional, através de cursos de especialização, treinamentos e convênios, provendo variadas formas de benefícios, tais como: alfabetização, assistência médica, planos de saúde, refeitório, cestas básicas, convênios farmácia, ótica e livraria, convênio escola e creche. No exercício de 2003 a companhia deu início ao programa de participação nos resultados – PPR, e segue com seu plano de implantação de metas departamentais até chegar ao nível de metas individuais. Este desafio irá proporcionar aos colaboradores o seu crescimento profissional e a oportunidade de participar efetivamente da gestão. Neste exercício encontra-se provisionado o valor de R\$ 4.432 mil e que será distribuído durante o ano de 2017.

Relacionamento com Auditores Independentes

Seguindo as disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com a intenção de preservar a independência do nosso Auditor, divulgamos que neste exercício sua prestação de serviço foi específica na auditoria das demonstrações financeiras e dos controles internos.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições da Instrução CVM nº. 480/09, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Agradecimentos

A administração da empresa agradece aos acionistas pelo apoio e confiança depositados, aos clientes, fornecedores, instituições financeiras e a comunidade de modo geral. Aos funcionários, especial reconhecimento pela dedicação, profissionalismo e pelo constante empenho na busca de soluções que permitiram à Companhia superar com sucesso aos desafios que se apresentaram.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE				
Caixas e Equivalentes de caixa (nota 3.b)	265.635	228.701	305.040	259.071
Clientes (nota 3.c e 5)	243.584	216.732	248.897	220.644
Adiantamentos a fornecedores (nota 6)	180.383	166.393	180.383	166.393
Impostos a compensar (nota 8)	55.638	75.853	55.740	76.006
Outras contas	21.606	28.934	26.838	26.358
Estoques (nota 7)	229.838	202.820	264.427	237.409
Total do ativo circulante	996.684	919.433	1.081.325	985.881
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Depósitos judiciais	-	-	4.319	3.884
Incentivos fiscais	856	994	856	994
Coligadas (nota 12)	4.503	2.195	5.351	8.235
Créditos fiscais diferidos (nota 14)	13.531	5.121	13.531	5.121
Impostos a compensar (nota 8)	4.243	4.543	4.243	4.543
	23.133	12.853	28.300	22.777
Investimentos (nota 9.a e 9.b)	199.458	194.838	310.819	307.066
Imobilizado (nota 10)	241.242	244.654	244.953	248.530
Intangível (nota 10)	1.844	1.872	1.882	1.913
Diferido (nota 10)	58	73	58	73
Total do ativo não circulante	465.735	454.290	586.012	580.359
Total do ativo	1.462.419	1.373.723	1.667.337	1.566.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	38.966	38.913	40.552	39.942
Instituições financeiras (nota 11)	408.583	456.736	408.883	457.258
Obrigações sociais e tributárias	18.408	24.703	20.432	27.131
Dividendos propostos (nota 15.c)	8.750	6.890	10.337	8.862
Credores diversos	20.496	20.148	20.801	20.772
Provisão para contingências (nota 19)	76.654	60.217	76.654	60.217
Outras contas	12.310	10.633	29.826	19.887
Total do passivo circulante	584.167	618.510	607.485	634.069
NÃO CIRCULANTE				
Instituições financeiras (nota 11)	385.639	286.551	385.639	286.851
Partes relacionadas (nota 12)	1.687	1.505	1.687	1.505
Obrigações sociais e tributárias (notas 13,14 e 18)	11.022	9.187	11.872	10.037
Impostos diferidos s/ ajuste avaliação patrimonial	22.016	22.306	30.857	31.147
Outros débitos	413	413	8.328	7.030
Total do passivo não circulante	420.777	319.962	438.383	336.570
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social (nota 15.a)	120.000	120.000	120.000	120.000
Reserva de reavaliação	552	552	552	552
Ajuste de avaliação patrimonial	42.242	43.299	42.242	43.299
Reserva reflexo controlada	131.329	131.329	131.329	131.329
Reserva estatutária	149.756	128.010	149.756	128.010
Reserva Legal	13.596	12.061	13.596	12.061
Patrimônio líquido dos controladores	457.475	435.251	457.475	435.251
Patrimônio líquido dos não controladores	-	-	163.994	160.350
Total do patrimônio líquido	457.475	435.251	621.469	595.601
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.462.419	1.373.723	1.667.337	1.566.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S.A PARTICIPAÇÕES
CNPJ Nº87.456.562/0001-22 - NIRE 43300009882 – COMPANHIA ABERTA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Mercado interno	1.168.681	1.056.746	1.206.133	1.092.199
Mercado externo	94.045	81.875	94.045	81.875
	1.262.726	1.138.621	1.300.178	1.174.074
Deduções da receita bruta	(126.123)	(115.716)	(127.867)	(117.243)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.136.603	1.022.905	1.172.311	1.056.831
Custo dos produtos e serviços vendidos (nota 16)	(782.255)	(709.322)	(782.255)	(709.322)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	354.348	313.583	390.056	347.509
Despesas com vendas (nota 16)	(162.170)	(159.942)	(162.170)	(159.942)
Despesas gerais e administrativas (nota 16)	(88.044)	(86.980)	(111.167)	(106.444)
Outras receitas operacionais	1.082	8.950	1.298	9.193
Resultado de equivalência patrimonial	6.482	6.888	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	111.698	82.499	118.017	90.316
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	75.131	77.593	80.549	80.610
Despesas financeiras	(124.380)	(117.095)	(125.078)	(117.340)
	(49.249)	(39.502)	(44.529)	(36.730)
Participação dos funcionários	(4.432)	(2.759)	(4.432)	(2.759)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	58.017	40.238	69.056	50.827
Imposto de renda e contribuição social correntes (nota 14)	(30.190)	(18.498)	(36.079)	(23.358)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 14)	2.874	2.436	2.874	2.436
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	30.701	24.176	35.851	29.905
Atribuído aos acionistas controladores	30.701	24.176	30.701	24.176
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	5.150	5.729
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	30.701	24.176	35.851	29.905
Lucro por lote de mil ações- Básico e diluído — R\$	2.901,19	2.284,54	2.901,19	2.284,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora									
	Capital social	Ajuste avaliação patrimonial			Reserva de Lucros		Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
		Reserva de reavaliação	Próprias	Reflexa	Reserva estatutária	Reserva legal				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	120.000	552	45.145	131.329	109.096	10.852	-	416.974	156.291	573.265
Tributos e realização da reserva de avaliação	-	-	(1.846)	-	-	-	2.827	981	-	981
Reflexo de controladas	-	-	-	-	-	-	10	10	-	10
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	24.176	24.176	-	24.176
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	4.059	4.059
Dividendos propostos (R\$ 651,09 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(6.890)	(6.890)	-	(6.890)
Constituição de reservas	-	-	-	-	18.914	1.209	(20.123)	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	120.000	552	43.299	131.329	128.010	12.061	-	435.251	160.350	595.601
Tributos e realização da reserva de avaliação	-	-	(1.057)	-	-	-	1.305	248	-	248
Reflexo de controladas	-	-	-	-	-	-	25	25	-	25
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	30.701	30.701	-	30.701
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	3.644	3.644
Dividendos propostos (R\$ 826,84 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(8.750)	(8.750)	-	(8.750)
Constituição de reservas	-	-	-	-	21.746	1.535	(23.281)	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	120.000	552	42.242	131.329	149.756	13.596	-	457.475	163.994	621.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA-MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Valores expressos em milhares de reais)

MÉTODO INDIRETO	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	30.701	24.176	30.701	24.176
Ajuste do fluxo operacional:				
Depreciações e amortizações	13.022	12.265	13.507	12.830
Resultado nas operações venda ou baixa de ativo fixo	51	1.994	51	2.100
Equivalência patrimonial	(6.482)	(6.888)	-	-
Provisões de contingências	21.047	27.903	21.118	27.827
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	643	1.660	643	1.660
	<u>28.281</u>	<u>36.934</u>	<u>35.319</u>	<u>44.417</u>
Varição dos ativos:				
Clientes	(27.495)	(25.746)	(28.896)	(24.113)
Estoques	(27.018)	(33.967)	(27.018)	(33.967)
Créditos com coligadas	(2.308)	(1.290)	2.884	(5.752)
Impostos a compensar	20.515	(26.261)	20.566	(26.219)
Adiantamentos a fornecedores	(13.990)	(35.481)	(13.990)	(35.481)
Outros	918	(11.107)	(9.477)	(14.933)
	<u>(49.378)</u>	<u>(133.852)</u>	<u>(55.931)</u>	<u>(140.465)</u>
Varição dos passivos:				
Fornecedores	53	11.641	610	12.214
Obrigações sociais e tributárias	(4.750)	7.738	(5.154)	8.181
Débitos com coligadas	182	529	182	529
Outros	(2.582)	49	8.385	10.861
	<u>(7.097)</u>	<u>19.957</u>	<u>4.023</u>	<u>31.785</u>
Recursos líquidos das atividades operacionais		(52.785)		(40.087)
Fluxo das atividades de investimento:				
Propriedades para investimento	-	-	(3.463)	(2.148)
Adições de imobilizado e intangível	(9.618)	(22.928)	(9.935)	(24.764)
Caixa líquido utilizado nas operações de investimentos	(9.618)	(22.928)	(13.398)	(26.912)
Fluxo das atividades de financiamentos:				
Financiamentos obtidos	610.098	507.113	610.098	508.537
Pagamentos de financiamentos	(559.163)	(421.611)	(559.685)	(422.376)
Participação de minoritários	-	-	3.644	4.059
Dividendos e juros sobre capital próprio	(6.890)	(5.851)	(8.802)	(7.487)
Recursos líquidos das atividades de financiamentos	<u>44.045</u>	<u>79.651</u>	<u>45.255</u>	<u>82.733</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	36.934	3.938	45.969	15.734
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:				
Saldo no início do exercício	228.701	224.763	259.071	243.337
Saldo no final do exercício	<u>265.635</u>	<u>228.701</u>	<u>305.040</u>	<u>259.071</u>
	<u>36.934</u>	<u>3.938</u>	<u>45.969</u>	<u>15.734</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.216.080	1.099.362	1.253.234	1.134.685
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(643)	(1.660)	(643)	(1.660)
Outras receitas operacionais	1.082	8.950	1.298	9.193
	1.216.519	1.106.652	1.253.889	1.142.218
Insumos adquiridos de terceiros:				
Matérias-primas consumidas	(577.187)	(540.480)	(577.187)	(540.480)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(340.874)	(326.721)	(358.623)	(334.668)
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	(27)	(75)
	(918.061)	(867.201)	(935.837)	(875.223)
Valor adicionado bruto	298.458	239.451	318.052	266.995
Depreciação e amortização	(13.022)	(12.265)	(13.507)	(12.830)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	285.436	227.186	304.545	254.165
Valor adicionado recebido em transferência:				
Resultado de equivalência patrimonial	6.482	6.888	-	-
Receitas financeiras	75.131	77.593	80.549	80.610
	81.613	84.481	80.549	80.610
Valor adicionado total a distribuir	367.049	311.667	385.094	334.775
Distribuição do valor adicionado total:				
Pessoal e encargos	78.243	66.674	82.029	76.880
Impostos e contribuições	127.784	99.322	136.215	106.257
Juros e aluguéis	130.321	121.495	130.999	121.733
Dividendos e juros sobre capital próprio	8.750	6.890	8.750	6.890
Lucros retidos	21.951	17.286	21.951	17.286
Participação dos acionistas não controladores	-	-	5.150	5.729
	367.049	311.667	385.094	334.775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos, cereais, sementes e fertilizantes, na importação e exportação, beneficiamento, distribuição e participação em outras sociedades. Complementam as atividades da controladora através de sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS S.A., a administração de imóveis e comércio imobiliário.

A emissão dessas informações demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 08 de março de 2017.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais do relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

Nas demonstrações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:

- Real Empreendimentos S/A- (direta)
- Josapar Internacional-(direta)
- Copérnico S/A- (indireta)
- Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda- (indireta)
- Real Rio Grande Ltda- (indireta)
- Shopping João Pessoa S/A- (indireta)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do

encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c) Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 5, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 49 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) Estoques

Os estoques da controladora são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão divulgados ao valor justo.

e) Imobilizado, intangível e diferido

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes

ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº10, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

Amortização do diferido, pelo método linear, a taxas anuais é de 10%. Conforme permitido pela Lei 11.941/09, a empresa optou por continuar amortizando os saldos do diferido até atingir sua amortização total.

A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, conforme disposições contábeis vigentes. Para o exercício de 2016 não foram identificadas perdas.

f) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representadas por imóveis pertencentes às controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício.

A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

g) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

h) Imposto de Renda e contribuição social

Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

i) Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

j) Provisões para contingências

A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

k) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

l) Moeda

Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da companhia e suas controladas as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento no ano foi de 49 dias e a perda reconhecida no mesmo período foi de 0,05% sobre o faturamento.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a companhia ao risco de valor justo associado da variação taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.

Em atendimento a instrução normativa CVM nº550/08 a companhia e sua controlada procederam uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação a valores de mercado (Impairment).

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras está descrito na nota explicativa nº 3, sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.

O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano e UMBNDES). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da companhia, em reais:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativos				
Aplicações financeiras/disponibilidades	6.459	7.741	6.459	7.741
Contas a receber de clientes	11.417	15.390	11.417	15.390
	17.876	23.131	17.876	23.131
ACC	(1.890)	-	(1.890)	-
Investimentos	(699)	-	(699)	-
Empréstimos e financiamentos	(1.859)	(5.952)	(1.859)	(5.952)
	(4.448)	(5.952)	(4.448)	(5.952)
Exposição ativa líquida	13.428	17.179	13.428	17.179

Instrumentos financeiros derivativos

A companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TJLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a companhia contratou alguns financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pelas Leis 4.131/62 e 11.371/2006. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

A partir do início do segundo semestre de 2016 a companhia passou a contratar operações pontuais de ACC com vistas a proteger as margens de operações de exportação, acompanhando a tendência de queda do dólar, em valores de menor relevância - US\$ 1.890 mil.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade base 31.12.2016 em R\$ mil:

Risco: alto do CDI

CDI Dez.2016: 13,75% a.a

Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato

Data base	Valor	Spread	Index	Vencimento	Cenários		
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
					manutenção 13,75% CDI aa	> 25% 17,19% CDI aa	> 50% 20,63% CDI aa
31.12.2016	R\$184.986	diversos	CDI	diversos	R\$208.174	R\$213.204	R\$218.306
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R\$0	R\$5.030	R\$10.132

* O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º da Instrução CVM 475.08.

** Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Cientes mercado interno	235.931	204.463	245.098	212.229
Cientes mercado externo	11.417	15.390	11.417	15.390
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.764)	(3.121)	(7.618)	(6.975)
Total	243.584	216.732	248.897	220.644

6. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Adiantamentos fornecedores de arroz	174.302	154.918	174.302	154.918
Adiantamentos fornecedores diversos	6.081	11.475	6.081	11.475
Total	180.383	166.393	180.383	166.393

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Produtos acabados e semi - elaborados	67.597	61.269	67.597	61.269
Mercadorias para revenda	2.773	2.178	2.773	2.178
Matérias-primas	150.916	130.772	150.916	130.772
Outros	8.552	8.601	8.552	8.601
Imóveis	-	-	34.589	34.589
Total	229.838	202.820	264.427	237.409

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
ATIVO CIRCULANTE				
PIS e COFINS	47.395	51.370	47.395	51.452
IPI- Habilitação/transitado em julgado	-	15.062	-	15.062
INSS	433	433	433	433
ICMS	5.420	4.968	5.420	4.968
IRRF- IRPJ e CSLL- saldo negativo	2.390	4.020	2.492	4.091
Total	55.638	75.853	55.740	76.006
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
PIS, COFINS e ICMS s/ imobilizado	203	476	203	476
FINSOCIAL	1.575	1.575	1.575	1.575
IRPJ e CSLL discussão judicial	2.236	2.263	2.236	2.263
Outros créditos	229	229	229	229
Total	4.243	4.543	4.243	4.543

Os créditos reconhecidos de PIS e COFINS são oriundos de compras no mercado interno e estão sendo utilizados na compensação de outros tributos federais.

Os demais saldos referem-se ao aproveitamento de PIS, COFINS e ICMS nas aquisições do ativo imobilizado, saldos negativos de IRPJ e CSLL, e outros créditos usuais da operação.

O crédito de IPI decorrente de êxito em ação referente o crédito na aquisição de matéria prima, material auxiliar e material de embalagem utilizados na industrialização de produtos não tributados, Lei 9.779/99, foi integralmente compensado durante o exercício.

A administração da companhia, vem compensando os créditos tributários, com os débitos das operações normais da companhia.

9. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre controlada

	Número de ações	Participação capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro líquido	Equivalência Patrimonial
Real Empreendimentos S.A	185.740	54,7507	363.041	49.500	11.839	6.482
Josapar Internacional	50	100	200	163	-	-

b) Composição dos investimentos

	Controladora				Consolidado		
	Real Empreendimentos	Josapar Internacional	Outros	TOTAL	Propriedades para investimentos	Outros	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2015	194.108	240	490	194.838	303.466	3.600	307.066
Reflexo ajustes em controlada	25	(40)	-	(15)	-	290	290
Dividendos a receber	(1.847)	-	-	(1.847)	-	-	-
Equivalência patrimonial	6.482	-	-	6.482	-	-	-
Propriedades p. Investimentos	-	-	-	-	3.463	-	3.463
Em 31 de dezembro de 2016	198.768	200	490	199.458	306.929	3.890	310.819

10 . IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E DIFERIDO
Controladora

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, Instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2014	27.353	102.601	511	71.856	14.212	19.394	235.927
Adições	-	-	123	8.875	13.579	331	22.908
Baixas	(1.476)	(1.798)	(97)	-	-	(157)	(3.528)
Baixa depreciação	-	1.314	63	-	-	157	1.534
Transferências	-	-	-	30	(45)	15	-
Depreciação	-	(2.568)	(104)	(6.968)	-	(2.547)	(12.187)
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	25.877	99.549	496	73.793	27.746	17.193	244.654
Adições	-	-	-	2.842	6.687	89	9.618
Baixas	-	-	-	-	-	(51)	(51)
Baixa depreciação	-	-	-	-	-	51	51
Transferências	-	-	-	2.462	(5.830)	3.368	-
Depreciação	-	(2.556)	(106)	(7.620)	-	(2.748)	(13.030)
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	25.877	96.993	390	71.477	28.603	17.902	241.242

Consolidado

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2014	27.353	102.601	772	72.300	15.734	19.874	238.634
Adições	-	-	1.850	8.877	13.680	337	24.744
Baixas	(1.476)	(1.798)	(289)	-	-	(157)	(3.720)
Baixa depreciação	-	1.314	149	-	-	157	1.620
Transferências	-	-	-	30	(45)	15	-
Depreciação	-	(2.568)	(536)	(6.974)	-	(2.670)	(12.748)
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	25.877	99.549	1.946	74.233	29.369	17.556	248.530
Adições	-	-	-	2.842	6.687	406	9.935
Baixas	-	-	-	-	-	(51)	(51)
Baixa depreciação	-	-	-	-	-	51	51
Transferências	-	-	-	2.462	(5.830)	3.368	-
Depreciação	-	(2.556)	(445)	(7.624)	-	(2.887)	(13.512)
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	25.877	96.993	1.501	71.913	30.226	18.443	244.953

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Marcas e patentes. direito de uso	Softwares	Total	Marcas e patentes. direito de uso	Softwares	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2014	1.826	89	1.915	1.861	99	1.960
Adições	-	20	20	-	20	20
Depreciação	-	(63)	(63)	-	(67)	(67)
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	1.826	46	1.872	1.861	52	1.913
Depreciação	-	(28)	(28)	-	(31)	(31)
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	1.826	18	1.844	1.861	21	1.882

As taxas de depreciação praticadas são as seguintes:

Imóveis prédios	2,8% a.a
Veículos	20 % a.a
Veículos industriais	10% a.a
Máquinas e equipamentos nacionais e importados	6% e 7% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a
Instalações e benfeitorias	10% a.a
Sistemas e equipamentos e informática	33% a.a

A realização do ajuste de avaliação patrimonial referente aos NBC TG-27 em 31.12.2016 foi de R\$1.057 empresa e consolidado, em 2015- (R\$1.846 empresa e consolidado). As provisões para Imposto de renda e contribuição social foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas vigentes.

DIFERIDO

O saldo do diferido em 31 de dezembro de 2016 é de R\$58 -(R\$73 em 2015), a amortização no exercício foi de R\$15 -(R\$15 em 2015), calculada pelo método linear a taxa anual de 10%.

11. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

PASSIVO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
<u>Moeda interna</u>				
Financiamento para investimentos	6.192	7.187	6.192	7.242
Crédito Rural-EGF	41.039	17.019	41.039	17.019
Crédito Rural – recursos livres	61.140	37.402	61.140	37.402
Capital de giro	296.219	388.730	296.219	388.730
Arrendamento mercantil	-	-	300	467
Total	404.590	450.338	404.890	450.860
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamento para investimentos	244	446	244	446
Capital de Giro – ACC	1.890	-	1.890	-
Capital de Giro-FINIMP	1.859	5.952	1.859	5.952
Total	3.993	6.398	3.993	6.398
TOTAL CIRCULANTE	408.583	456.736	408.883	457.258

PASSIVO NÃO CIRCULANTEMoeda interna

Financiamento para investimentos	32.000	31.645	32.000	31.645
Capital de giro	296.494	234.614	296.494	234.614
Crédito Rural – recursos livres	56.690	18.916	56.690	18.916
Arrendamento mercantil	-	-	-	300
Total	385.184	285.175	385.184	285.475

Moeda estrangeira

Financiamento para investimentos	455	1.376	455	1.376
Total	455	1.376	455	1.376

TOTAL NÃO CIRCULANTE	385.639	286.551	385.639	286.851
-----------------------------	----------------	----------------	----------------	----------------

Vencimentos de longo prazo	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
2017	-	201.994	-	202.294
2018	241.239	54.785	241.239	54.785
2019	126.403	11.904	126.403	11.904
2020	4.089	4.089	4.089	4.089
2021	3.936	3.936	3.936	3.936
2022	2.703	2.703	2.703	2.703
2023	2.147	2.147	2.147	2.147
2024	1.669	1.669	1.669	1.669
2025	1.791	1.662	1.791	1.662
2026	1.662	1.662	1.662	1.662
Total	385.639	286.551	385.639	286.851

	Indexador	Taxa
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	6,00% a.a
Investimentos em moeda nacional	TJLP	4,90% a.a
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	1,32% a.a
Investimentos em moeda nacional	UMBNDDES	3,43% a.a
Crédito Rural – recursos obrigatórios	Pré-fixado	11,25% a.a
Crédito Rural – recursos livres	Pré-fixado	14,48% a.a
Crédito Rural – recursos livres	CDI	2,52% a.a.
Capital de Giro-FINIMP	VC US\$	4,16% a.a
Capital de Giro	CDI	2,72% a.a

a) Empréstimos nacionais:

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 2,5% aa a 8,70% a.a.

Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural – recursos obrigatórios - são contratados a taxa pré-fixada de 11,25%a.a., linhas de crédito rural com recursos livres são contratadas em taxa média pré-fixada de 14,48%a.a. e pós fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária, aval, e penhor mercantil de estoques para as operações de crédito rural.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

b) Empréstimos no exterior:

Os financiamentos de importação e adiantamentos de contratos de câmbio no passivo circulante equivalem a US\$ 1.225 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

12. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			Consolidado	
	Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante	Dividendos a Receber	Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	1.154	-	7.603	-	-
Peroli Participações S.A.	-	(1.687)	-	1.252	(1.687)
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	242	-	-	867	-
Ferragens Vianna S.A.	429	-	-	429	-
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	1.413	-	-	1.413	-
Outros	1.265	-	-	1.390	-
Em 31 de dezembro de 2016	<u>4.503</u>	<u>(1.687)</u>	<u>7.603</u>	<u>5.351</u>	<u>(1.687)</u>
Real Empreendimentos S.A.	711	-	5.756	-	-
Peroli Participações S.A.	-	(1.505)	-	1.253	(1.505)
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	151	-	-	776	-
Ferragens Vianna S.A.	270	-	-	270	-
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	527	-	-	527	-
Outros	536	-	-	5.409	-
Em 31 de dezembro de 2015	<u>2.195</u>	<u>(1.505)</u>	<u>5.756</u>	<u>8.235</u>	<u>(1.505)</u>

Os saldos com partes relacionadas, não resultam de transações que envolvam atividade operacional da companhia, todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a companhia.

Neste exercício não foi registrado nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa, e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRIBUTÁRIAS E TRIBUTOS DIFERIDOS - NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Tributos s. deprec. Incentivada	326	358	1.176	1.208
IRPJ e CSLL diferidos(*)	9.178	5.951	9.178	5.951
REFIS(**)	1.518	2.878	1.518	2.878
	<u>11.022</u>	<u>9.187</u>	<u>11.872</u>	<u>10.037</u>

As provisões para imposto de renda e contribuição social sobre depreciação acelerada incentivada foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas previstas na legislação tributária em vigor.

(*) vide nota 14.b

(**) Vide nota 18

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza dos tributos diferidos - Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Contribuição social diferida	3.589	1.356	3.589	1.356
Imposto de renda diferido	9.942	3.765	9.942	3.765
	<u>13.531</u>	<u>5.121</u>	<u>13.531</u>	<u>5.121</u>

b) Natureza dos tributos diferidos - Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Contribuição social diferida	2.430	1.575	2.430	1.575
Imposto de renda diferido	6.748	4.376	6.748	4.376
	<u>9.178</u>	<u>5.951</u>	<u>9.178</u>	<u>5.951</u>

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Corrente				
Contribuição social	(8.103)	(4.935)	(9.685)	(6.244)
Imposto de renda	(22.087)	(13.563)	(26.394)	(17.114)
	<u>(30.190)</u>	<u>(18.498)</u>	<u>(36.079)</u>	<u>(23.358)</u>
Diferido				
Contribuição social	757	645	757	645
Imposto de renda	2.117	1.791	2.117	1.791
	<u>2.874</u>	<u>2.436</u>	<u>2.874</u>	<u>2.436</u>
	<u>(27.316)</u>	<u>(16.062)</u>	<u>(33.205)</u>	<u>(20.922)</u>

d) Conciliação do imposto de renda e contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	58.017	40.238	69.056	50.827
Eliminações-ajustes efeito controlada	-	-	5.560	7.579
	<u>58.017</u>	<u>40.238</u>	<u>74.616</u>	<u>58.406</u>
Despesa tributária pela alíquota oficial (IR – 25%; CSLL – 9%)	(19.726)	(13.681)	(25.369)	(19.858)
Exclusões (adições) permanentes	(1.641)	(143)	(1.641)	(143)
Exclusões (adições) temporárias	(9.391)	(5.310)	(9.391)	(5.310)
Efeito tributação em controlada	-	-	(246)	1.317
Outros	3.442	3.072	3.442	3.072
	<u>(27.316)</u>	<u>(16.062)</u>	<u>(33.205)</u>	<u>(20.922)</u>

A companhia reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias fundamentada por projeções orçamentárias aprovadas pela Administração, as quais indicam lucros tributáveis e realizações futuras.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital

O Capital Social é de R\$120.000, subscrito e integralizado e é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404.76, refere-se a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016 a companhia mantém registrado nesta rubrica, o valor de R\$13.596 –(R\$12.061 em 2015).

c) Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício.

Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.

Demonstração do cálculo dos dividendos submetidos à aprovação da assembleia:

	31.12.2016	31.12.2015
Lucro líquido do exercício	30.701	24.176
Reserva legal	(1.535)	(1.209)
Lucro líquido para cálculo dos dividendos	29.166	22.967
Dividendos propostos - 30%	8.750	6.890

Os dividendos propostos correspondem a R\$825,82 –(R\$650,29 em 2015) por lote de mil ações ordinárias e R\$908,40 –(R\$715,32 em 2015) por lote de mil ações preferenciais.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao registro do ajuste de avaliação patrimonial de bens próprios e de controladas, líquidos dos tributos e realizações. O imposto de renda e a contribuição social diferido foram calculados de acordo com a opção tributária de cada empresa (lucro real ou presumido) e ajustados pelas alíquotas vigentes.

16. GASTOS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
<u>Por função:</u>	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Custos dos produtos	(782.255)	(709.322)	(782.255)	(709.322)
Despesas com vendas	(162.170)	(159.942)	(162.170)	(159.942)
Despesas gerais e administrativas	(88.044)	(86.980)	(111.167)	(106.444)
Outras receitas	1.082	8.950	1.298	9.193
	<u>(1.031.387)</u>	<u>(947.294)</u>	<u>(1.054.294)</u>	<u>(966.515)</u>

	Controladora		Consolidado	
<u>Por natureza:</u>	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Depreciações e amortizações	(13.022)	(12.265)	(13.507)	(12.830)
Despesas com pessoal	(78.243)	(66.674)	(82.029)	(76.880)
Matérias primas e materiais	(577.187)	(540.480)	(577.187)	(540.480)
Fretes	(93.783)	(97.982)	(93.783)	(97.982)
Outras	(269.152)	(229.893)	(287.788)	(238.343)
	<u>(1.031.387)</u>	<u>(947.294)</u>	<u>(1.054.294)</u>	<u>(966.515)</u>

No exercício findo em 31.12.2016, o montante pago a título de remuneração dos administradores e conselheiros de administração totalizou R\$9.568 (9.511 em 31.12.2015), e está registrado nas contas, remuneração da administração e participações, ambas no resultado.

A companhia não efetua remunerações ao pessoal chave da administração para as seguintes categorias: a) benefícios de curto e longo prazo a empregados e administradores; b) benefícios pós-emprego; c) outros benefícios de longo prazo; d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e) remuneração baseada em ações.

17. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Limites – Total M\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica.	Incêndio, explosão, queda de aeronave, perda/pagamento de aluguel, vendaval, alagamento danos elétricos, roubo, fermentação própria ou aquecimento espontâneo, equipamentos eletrônicos, impacto de veículos, equipamentos móveis, e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica. Respeitando as condições gerais da apólice.	Patrimonial – Riscos Nomeados	115.000	Dezembro 2017
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos, transporte habitual de empregados, produtos em território nacional, guarda de veículos de terceiros (Incêndio e Roubo), Recall - produtos em território nacional e danos morais. Respeitando as condições gerais da apólice.	RC	10.000	Junho 2017
Responsabilidade Civil Administradores	Indenizações, Despesas Processuais e Custos de defesa: (I) Processos Judiciais, incluindo, mas não se limitando às reclamações cíveis, consumeristas, previdenciárias, Criminais; (II) Procedimentos Arbitrais; e (III) Procedimentos Administrativos. Respeitando as coberturas adicionais contratadas e condições gerais da apólice.	RC D&O	10.000	Junho 2017
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais.	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho 2017
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000 cabotagem 400 rodoviário	Abril 2017
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional IMP	US\$ 3.000.000	Abril 2017
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional EXP	US\$ 1.000.000	US\$ 1.000.000

18. TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
PIS e COFINS	1.100	2.715	1.100	2.715
Imposto de renda retido na fonte	334	827	334	827
Imposto de renda e contribuição social	1.734	4.283	1.740	4.291
	<u>3.168</u>	<u>7.825</u>	<u>3.174</u>	<u>7.833</u>

Em 2009 a companhia aderiu ao programa REFIS IV, instituído pela Lei 11.941.2009, incluindo débitos pendentes de liquidação por falta de homologação da compensação de créditos por parte da RFB, que ainda encontrava-se em discussão até aquela data.

Com a reabertura do REFIS IV instituída pela Lei 12.865.2013 e posteriormente pela Lei 12.973.2014 que alterou os prazos de adesão à Lei 11.941.2009, a Companhia incluiu o valor de R\$3.474-(2013) e R\$ 1.434-(2014), respectivamente, decorrente de débitos de Imposto de renda e Contribuição Social, pendentes até 30 de novembro de 2008, os quais a companhia vinha discutindo na esfera administrativa judicial. Desta forma, em 31 de dezembro de 2016 o montante do parcelamento atualizado, e líquido das parcelas pagas, é de R\$3.168 controladora -(R\$3.174 consolidado), em 2015 -R\$7.825 controladora -(R\$7.833 consolidado).

Nestas demonstrações o REFIS, esta sendo apresentado na rubrica "obrigações sociais e tributárias", no circulante R\$1.650 controladora -(R\$1.656 consolidado), em 2015-R\$ 4.947 controladora -(consolidado R\$4.955) e no não circulante R\$1.518(controladora e consolidado), e em 2015 -R\$2.878 controladora e consolidado).

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E QUESTIONAMENTOS LEGAIS

No desenvolvimento de suas operações, a companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2016, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou remotas e não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R\$154.300.

A administração decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
<u>Passivo Circulante</u>				
Provisão para contingências	79.215	62.746	80.641	64.172
(-) Depósitos judiciais	(2.561)	(2.529)	(3.987)	(3.955)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	<u>76.654</u>	<u>60.217</u>	<u>76.654</u>	<u>60.217</u>

A JOSAPAR e sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS, essa na qualidade de terceira outorgante de hipoteca garantidora, são réus em ação ordinária de cobrança movida em 2004 por Sonae Distribuição do Brasil (sucida por WMS Supermercados do Brasil Ltda.), que em 28 de julho de 2010, foi julgada em primeiro grau parcialmente procedente, com a condenação ao pagamento de R\$38.981. A companhia protocolou apelação que foi julgada em novembro de 2011 pela 12ª Câmara Cível, dando o provimento

parcial às suas pretensões e reduzindo o valor inicial de condenação de R\$38.981 para R\$17.737, reconhecendo o direito a juros de mora de 1% a.m. e IGP-M contados do ajuizamento da ação em março de 2004. As partes interpuseram os embargos de declaração, agravo de instrumento e execuções provisórias, em grau de recurso no Supremo Tribunal de Justiça - STJ. Os consultores legais mencionam que os recursos especiais das rés sustentam teses idôneas, cujo exame, e no entender, não implica reexame de prova e, se tais recursos forem apreciados e providos, terão possibilidade jurídica de reversão de condenação das rés ou pelo menos da solidariedade passiva atribuída a REAL EMPREENDIMENTOS. A probabilidade objetiva é a de não se oportunizar a redução dos atuais parâmetros da condenação ao pagamento de pretensão de R\$17.737, sobre a qual persiste a discussão sobre a atualização e juros. A companhia, suportada pela opinião dos consultores legais, decidiu registrar a provisão para contingências líquido dos efeitos tributários, em montante considerado suficiente, para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis. A ação, se definitivamente julgada procedente contra a companhia, estará com sua execução garantida pela já referida hipoteca constituída pela REAL EMPREENDIMENTOS, de valor comprovadamente suficiente.

Adicionalmente, a companhia postula por meio de processo judicial no STF, impetrado em 2000, a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2016, calculado a partir de 1995 até o advento das Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/04, ainda não contabilizado, é de R\$35.102– controladora e consolidado (R\$33.784 em 2015).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Lauro de Oliveira Lapa
(Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Vice-Presidente)

Ary Teixeira de Oliveira
Sérgio Martins de Oliveira
(Conselheiros)

DIRETORIA

Luciano Adures de Oliveira
(Diretor Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Diretor Vice Presidente e de Relações
com Investidores)

Luis Augusto Barcelos Krause
(Diretor Comercial e Operacional)

Marcelo Augusto Furlan dos Santos
(Diretor Administrativo Financeiro)

CONTADORA

Mara Lúcia Soares da Fonseca
CRC-RS 50.772

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas
JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações (Companhia)**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações**. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Obrigações financeiras

Porque é um PAA:

Em 31 de dezembro de 2016, conforme descrito na nota explicativa 11, as demonstrações financeiras consolidadas da **JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações** incluem R\$794.522 mil, em obrigações com instituições financeiras, as quais segregam-se em R\$408.883 mil e R\$385.639 mil, entre o passivo circulante e o não circulante, respectivamente. Este montante representa aproximadamente 79% das obrigações consolidadas da Companhia com terceiros e é utilizado para a manutenção das suas atividades operacionais (capital de giro) e investimentos nas plantas produtivas. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016 a situação líquida de caixa da Companhia, quando deduzidos os saldos consolidados de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, estoques e adiantamentos a produtores do saldo de empréstimos e financiamentos é positiva no valor de R\$163.673 mil. Tais obrigações consideram individualmente, atualizações por variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário e são registradas conforme as práticas contábeis vigentes. Possuindo ainda, capital de giro em linhas de crédito rural contratados a taxa pré-fixada e com garantias vinculadas a aval, e penhor mercantil de estoque.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Obtivemos junto a administração da Companhia o entendimento dos processos e controles quanto as garantias prestadas, obrigações financeiras, verificamos a aplicabilidade das cláusulas e obrigações contratuais (covenants), avaliamos a razoabilidade e consistência das despesas financeiras incorridas e registradas, bem como ratificamos os saldos divulgados e controlados por meio de confirmações externas.

Outros Assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da **JOSAPAR - Joaquim Oliveira S/A Participações** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 10 de março de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, sendo submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das

demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as

divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 08 de março de 2017.

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S

CRCRS nº 006706/O

CVM 12.360

Carlos Alberto Santos

Contador – CRC RS nº 69.3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

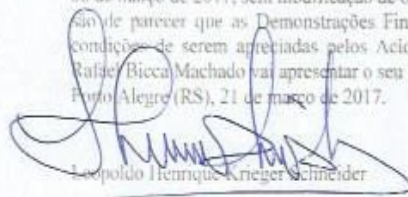
Os Membros do Conselho Fiscal em cumprimento às disposições legais examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas da JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

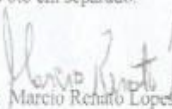
Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: a) Análise das demonstrações contábeis e planilhas dos tributos elaboradas periodicamente pela Companhia; b) Realização de diversas reuniões com a Administração e com a Contadora da Companhia, objetivando esclarecer dúvidas sobre os documentos, planilhas e informações elaboradas pela Companhia; c) Realização de reuniões com os Auditores Externos da Baker & Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S sobre os referidos documentos e planilhas acima citadas, e questionamentos sobre o cumprimento do seu plano de trabalho de auditoria sem qualquer restrição ou limitação.

Cum base nos nossos exames acima citados, e informações e/ou esclarecimentos recebidos em diversas reuniões, e considerando o Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras emitido pela Baker & Tilly Brasil RS Auditores Independentes Sociedade Simples em 08 de março de 2017, sem modificação de opinião, os Membros do Conselho Fiscal, na sua maioria,

são de parecer que as Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas estão em condições de serem apreciadas pelos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária. O Conselheiro Rafael Bicca Machado vai apresentar o seu Voto em separado.

Porto Alegre (RS), 21 de março de 2017.


Leopoldo Henrique Krieger Schneider


Marcio Renato Lopes


Rafael Bicca Machado

CONSELHO FISCAL

JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES

CNPJ 87.456.562/0001-22

NIRE 43.300.009.882

Companhia Aberta

VOTO DIVERGENTE

Conselheiro Fiscal Rafael Bicca Machado

Aos

Ilmos. Srs. Conselheiros Fiscais

Ilmos. Srs. Conselheiros de Administração

Ilmos. Srs. Diretores

Ilmos.(as). Srs.(as) Acionistas

Pelo presente, dirijo-me a Vossas Senhorias para, respeitosamente e pelas razões adiante expostas, em atenção ao quanto estabelecido no artigo 163 da Lei 6.404/76, manifestar e registrar minha discordância, parcial, quanto a alguns aspectos das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 (trinta e um) de dezembro de 2016.

Tendo sido eleito Conselheiro Fiscal da Companhia pelos acionistas minoritários, em atenção ao artigo 161, §4, a) da Lei 6.404/76, creio mereça ser recordado, de pronto, que uma das principais razões de ser de um órgão como o Conselho Fiscal é viabilizar a fiscalização da Administração para todo o conjunto de seus *stakeholders*.

Nesse sentido, merece ser por mim registrado que, infelizmente, a Administração da Companhia sonegou-me o acesso a uma série de dados e informações que lhes foram por mim solicitados, desde o momento em que tomei posse como Conselheiro Fiscal da Companhia.

Já na primeira reunião do Conselho Fiscal, realizada no dia 17 (dezessete) de maio de 2016, fiz constar em Ata a necessidade de acesso a uma série de documentos da Companhia que, em minha visão, seriam necessários ao exercício pleno de minhas atividades, fato que foi ainda devidamente registrado em mensagem eletrônica aos colegas Conselheiros Fiscais, quais sejam:

“1. Cópia do Planos de investimento da Companhia para 2016, bem como de sua(s) companhia(s) controlada(s); 2. Cópia do Orçamento da Companhia para 2016, bem como relatório detalhado daquilo que foi orçado e efetivamente realizado no primeiro trimestre de 2016, com os devidos esclarecimentos sobre as diferenças eventualmente constatadas; 3. Quadro detalhado, por conselheiro e diretor, da remuneração integral dos administradores da Companhia - bem como dos de sua(s) companhia(s) controlada(s), em especial no que toca aos Administradores que possuem cargos em mais de uma das companhias do grupo - assim entendida e discriminada a remuneração mensal, todos e quaisquer benefícios, verbas de representação e/ou critérios e quantificação de regime de bonificação e participação nos lucros. Explicitar, ainda, a maneira pela qual esse conjunto de despesas é tratado para fins tributários pela Companhia e suas(s) controlada(s); 4. Cópia eletrônica dos balancetes mensais analíticos da Companhia, bem como de sua(s) companhia(s) controlada(s), sejam os de janeiro a abril de 2016, sejam os dos meses seguintes, no prazo de até 30 (trinta) dias do encerramento do mês anterior; 5. Cópia do Relatório analítico do conjunto dos advogados da Companhia encaminhados à auditoria com posição de 31/12/2015, com devido detalhamento dos valores e critérios de contingenciamento de cada uma das demandas judiciais ou administrativas, independentemente de sua natureza. Ainda, dada a relevância da ação judicial mencionada na nota explicativa n. 19, letra c. (Caso Sonae/Walmart) do balanço patrimonial de 31/12/2015, cópia integral dos autos do respectivo processo judicial, inclusive para fins de deliberar o Conselheiro sobre a conveniência e/ou necessidade de contratação de opinião externa independente, nos termos do §8º do artigo 163 da Lei 6.404/76; 6. Informação da Diretoria e Conselho sobre os critérios que irão nortear a escolha dos nomes dos auditores independentes da Companhia, dada a informação da necessidade de sua substituição, bem como a comunicação da respectiva contratação no prazo de até 10 (dias) dias de tal decisão, a fim de que possa o Conselheiro agendar com o auditor externo reunião específica para análise e discussão do Plano de trabalho da auditoria para 2016; 7. Relatório detalhado sobre a estrutura do endividamento da Companhia, identificando-se a projeção do fluxo de caixa para os próximos 60 (sessenta) meses, lista e valores globais devidos a cada instituição financeira, projeção de pagamento das parcelas mensais, valores e taxas de juros, bem como cópia dos contratos bancários em vigor e lista de suas respectivas garantias. Informação, ainda, se a Companhia (ou alguma de sua(s) controlada(s)) possui operações de derivativos; 8. Informação se a empresa possui auditoria interna. Em havendo, cópia dos relatórios dos últimos 12 meses. Informação se a empresa; 9. Cópia dos relatórios intermediários da atual auditoria independente dos últimos dois trimestres; 10. Informação do cronograma agendado para 2016 das reuniões do Conselho de Administração e das reuniões da Diretoria da Companhia, com a indicação da respectiva pauta dos assuntos a serem tratados com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, a fim de que possam os Conselheiros eventualmente participar dos atos que lhe caibam, nos termos do §3º do artigo 163 da Lei 6.404/76; 11. Relatório da estrutura de distribuição dos produtos da Companhia, listando o conjunto de seus representantes comerciais e/ou distribuidores, com identificação dos valores pagos a título de comissão ao longo dos últimos 12 (doze) meses, natureza jurídica da relação por estes entabulada com a Companhia,

bem como tratamento tributário dado pela Companhia aos pagamentos a eles realizados; 13. Cópia das atas de Reunião do Conselho de Administração e das reuniões da Diretoria da Companhia já realizados no ano de 2016 e que vierem a ser realizadas nesse ano, no prazo de até 10 (cinco) dias depois de sua realização, conforme §1º do artigo 163 da Lei 6.404/76;”

Depois de ter sido este pedido por mim reiterado em outras oportunidades, em 06 (seis) de julho de 2016 a Administração manifestou-se finalmente quanto a ele, recusando o pedido, pelas razões então expostas, quais sejam:

“Sobre a Ata em especial “Documentos Solicitados”. As atas do Conselho e de Assembleia de Acionistas estão a disposição dos Conselheiros na Sede da Companhia e podem inclusive ser acessadas e consultadas no site da Companhia ou na CVM. É uma informação pública; - Planilha de apuração dos impostos federais do exercício de 2016 será disponibilizada; - Relatórios de controles internos da Auditoria Externa sempre que forem remetidos para Sociedade serão disponibilizados para o CF (não temos nenhum relatório emitido até o momento sobre 2016); Em relação as demais solicitações realizadas, entendemos que a JOSAPAR forneceu devidamente todos documentos, informações e esclarecimentos necessários e convenientes para que o Conselho Fiscal possa cumprir com as competências na legislação societária”.

Em decorrência desse fato, é minha opinião de que a Administração da Companhia não agiu de maneira a propiciar uma adequada *accountability* por parte deste Conselheiro Fiscal, em desacordo com o que se espera de uma companhia aberta e com o que estabelece o dever de transparência, tal qual exigido pelas melhores práticas de governança corporativa em vigor:

A transparência é um dos princípios básicos da governança corporativa, tal qual definidos pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, e é assim definido: “Consiste no desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a acão gerencial e que conduzem à preservação e à otimização do valor da organização.

Adentrando especificamente às demonstrações contábeis do exercício social findo em 31/12/2016, registro minha discordância quanto à regularidade das provisões constituídas para fazer frente às ações judiciais existentes contra a Companhia, em atenção ao quanto previsto no Pronunciamento Técnico CPC n. 25, adotado para as companhias abertas por força da Deliberação CVM n. 594/09. Registre-se, a propósito, que esse tema foi objeto de múltiplas reuniões do Conselho Fiscal e de constante discussão e conversa com os auditores independentes da Companhia.

No caso específico, existe contra a Companhia (e a sua controlada Real Empreendimentos S/A, na condição de devedora solidária) ação proposta pela empresa WMS Supermercados do Brasil Ltda., atualmente já com decisão no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, pendente de decisão final no Superior Tribunal de Justiça (doravante “Caso Walmart”). Em manifestação dirigida aos demais Conselheiros na data de 15/09/2016 – e da qual foi dada ciência à Administração – este Conselheiro apontou que, em sua opinião e ressalvados eventuais entendimentos em contrário, tal demanda deveria ser qualificada como de perda provável, com um valor estimado de desembolso ao redor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

Em minha opinião, trata-se de tema de grande relevância, especialmente face ao elevado valor envolvido. Registre-se, apenas como exemplo de mensuração, que apesar de ter um faturamento que supera a quantia de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), a Companhia opera com exígua margem de lucro, a se constatar que o lucro líquido do exercício no ano de 2016 foi na ordem de R\$ 30.000,00 (trinta milhões de reais), o que só demonstra quão relevante seria o impacto dessa obrigação futura.

Recentemente, na última reunião do Conselho Fiscal, os auditores independentes apresentaram aos Conselheiros documento pelo qual, na própria opinião dos advogados que representam a Companhia no “Caso Walmart”, em resposta ao pedido de circularização dos auditores, a ação judicial em referência foi qualificada como de perda provável, estimando o desembolso em R\$ 103.000.000,00 (cento e três milhões de reais) – exatamente, portanto, na linha do que fora mencionado por esse Conselheiro nas reuniões anteriores.

Em que pese isso, em minha opinião e s.m.j., optou a Administração por não seguir o que estabelece a Deliberação CVM n. 594/09.

Veja-se que, nas demonstrações contábeis de 31/12/2016, a Companhia apresenta uma provisão geral no valor de R\$ 76.654.000,00 (setenta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil reais), quantia essa aplicável para o conjunto de todas e quaisquer provisões, já que a Companhia – em prática inclusive de discutível legalidade, s.m.j. – utiliza-se apenas de uma provisão genérica, sem identificação específica dentre os fatos originadores de cada provisão.

Resta evidente, em minha opinião e s.m.j., que as provisões refletidas nas demonstrações financeiras estão em desacordo com as normas aplicáveis, já

que – apenas com relação à perda provável derivada do “Caso Walmart” – a quantia deveria ser superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

Explica-se

Ainda que se possa, para efeito de argumentação, aceitar a provisão acima a partir do resultado líquido de seus tributos (tal como mencionado na Nota Explicativa n. 19, o que levaria a previsão para a casa aproximada de R\$ 70.000.000,00), não se pode esquecer que as demonstrações contábeis findas em 31/12/2015 já continham uma provisão de R\$ 60.217.000,00 (sessenta milhões e duzentos e dezessete mil reais), sendo que – conforme informado pela Administração na Reunião do Conselho Fiscal de 14/06/2016 – o valor então destacado, deste montante, para a ação judicial do “Caso Walmart”, seria unicamente no valor histórico e principal de R\$ 17.737.376,85 (dezessete milhões, setecentos e trinta e sete mil, trezentos e setenta e seus reais e oitenta e cinco centavos).

Disto decorre que, excetuando-se o “Caso Walmart”, a Companhia já reconhecia em 31/12/2015, como de perda provável, um conjunto de outras demandas que representavam um montante de R\$ 42.480.000,00 (quarenta e dois milhões e quatrocentos e oitenta mil reais), doravante “Outros casos”.

Ocorre que aos Conselheiros não foi feita qualquer mínima prova de que, ao longo do exercício de 2016, tenha havido mudança substancial no andamento e análise de risco destes “Outros Casos”. Evidentemente que, se houvesse prova clara de mudança no valor ou na qualificação do risco destes “Outros casos”, o resultado poderia ser diferente. Reitera-se que nenhum documento nesse sentido foi apresentado a esse Conselheiro.

Por este motivo, s.m.j, a adoção das normas aplicáveis acarretaria, a título de provisões, no mínimo, a soma da quantia dos “Outros Casos”, tal qual apurada em 31/12/2015, isto é, de R\$ 42.480.000,00 (quarenta e dois milhões e quatrocentos e oitenta mil reais), mais o valor de R\$ 103.000.000,00 (cento e três milhões de reais), referente ao “Caso Walmart” (ou no mínimo o valor líquido dos tributos deste caso, na ordem dos R\$ 70.000.000,00). Seja em uma ou em outra hipótese, o valor da provisão em 31/12/2016 ficaria substancialmente mais elevado do que a quantia de R\$ 76.654.000,00 constante nas demonstrações contábeis apresentadas a esse Conselheiro.

Aos olhos deste Conselheiro, ficou claro o objetivo da Administração: tendo em vista a atenção dedicada à provisão do “Caso Walmart” por esse Conselheiro, para artificialmente justificar que tal estaria sendo solucionada, alegadamente migrou para esse caso (sob os auspícios da Nota Explicativa n. 19), todos os valores de provisão, esquecendo-se que, obviamente, existem outras demandas da Companhia a justificar provisão, como inclusive constou nas demonstrações contábeis de 31/12/2015.

Independentemente dos efeitos adversos que uma elevação de provisão poderia causar ao conjunto de acionistas da Companhia, cumpre registrar que a responsabilidade do Conselheiro Fiscal dá-se perante a Companhia e ao conjunto de seus *stakeholders* - e não aos controladores ou àqueles que o indicaram – razão pela qual, nesse cenário, parece bastante claro a esse Conselheiro, e é essa a opinião que ora expresso, respeitadas opiniões em contrário, que a provisão de R\$ 76.654.000,00, constante nas demonstrações contábeis de 31/12/2016, não está de acordo com os requisitos estabelecidos na Deliberação CVM n. 594/09.

Por fim, gostaria de registrar – a título de informação complementar – que em que pese por diversas vezes solicitado, a Administração recusou-se a prestar esclarecimentos detalhados a esse Conselheiro Fiscal sobre o conjunto de remuneração de seus Diretores e Conselheiros de Administração (benefícios diretores e indiretos, planos de participação e/ou bônus e/ou “PPR”), seja na própria Companhia, seja na sua controlada Real Empreendimentos S/A, limitando-se a se reportar aos valores máximos previstos nas respectivas atas das Assembleias Gerais Ordinárias. Além de mais uma vez demonstrar pouca disposição ao atendimento do dever de transparência que se esperaria de uma companhia aberta, a questão merece destaque na medida em que a soma das remunerações da Companhia e de sua controlada Real Empreendimentos S/A, em se adotando o valor máximo autorizado pelas assembleias realizadas em abril de 2016, alcançaria valor absolutamente representativo quando se constata o lucro líquido da Companhia e de sua controlada no exercício de 2016.

Resta claro, portanto, que uma parcela substancial da geração de riqueza da Companhia (e de sua controlada Real Empreendimentos S/A) vêm sendo drenada para pagamento da remuneração de seus Administradores, em prejuízo dos demais acionistas. Recorde-se, ainda, que existem alguns administradores comuns na Companhia e em sua controlada, bem como há coincidência entre diversos dos administradores da Companhia e os seus acionistas controladores (seja por suas próprias pessoas físicas, seja na condição de representantes de suas holdings familiares), situação essa que deveria

merecer maior atenção dos órgãos reguladores, a fim de se certificar da não ocorrência da situação tipificada no artigo 117 da Lei 6.404/76.

Feitos estes comentários adicionais, e pelas razões e fundamentos já expostos, registro que, em razão da limitação que tive no desempenho da função e da discordância com a provisão da já referida ação judicial, dirijo do parecer favorável de lavra de meus ilustres colegas Conselheiros Fiscais, de encaminhamento à aprovação das demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 (trinta e um) de dezembro de 2016.

Porto Alegre, 23 de março de 2017.

Rafael Bicca Machado
CPF/MF n. 882.414.590-68
OAB/RS 44.096